



UFMG

Boletim

Nº 1.702 - Ano 36 - 5.7.2010



Luciano Baeta e Marcelo Lustosa/Cedecom

Projeções para o cinema

Arte transversal fortemente influenciada pelas outras – música, literatura, teatro, artes plásticas e fotografia –, o cinema ocupará espaço de destaque na 42ª edição do Festival de Inverno da UFMG, que será realizada em Diamantina entre 20 e 29 de julho. Com o tema *Projeções – capturas e processos*, o evento pretende discutir possibilidades e caminhos para a produção cinematográfica contemporânea.

Página 5

Em função das férias acadêmicas, o BOLETIM deixa de circular nas duas próximas semanas, retornando no dia 26 de julho.

Seletividade punitiva e o Estatuto da Criança e do Adolescente

Em recente série de reportagens, o jornal O Globo mostrou que os ex-colegas de um dos mais perigosos bandidos brasileiros, ao contrário dele, não enveredaram pelo mundo do crime. A principal conclusão desse trabalho, em linhas gerais, parece ser a de que a pobreza não é fator determinante na formação de um criminoso. E devemos dizer que, à primeira vista, esse parece ter sido um louvável esforço no sentido de modificar o imaginário social, dentro do qual a pobreza, em si mesma tão sofrida, acaba sendo também preconceituosamente vista como a grande culpada por toda a violência que nos circunda.

Destacam ainda as matérias em questão a importância da boa escola e a presença interessada da família em garantir proteção aos jovens contra as “armadilhas da criminalidade”, sendo tomado como exceção o bandido que, mesmo usufruindo de tais privilégios, foi por elas capturado.

Nesse momento, somos obrigados a nos perguntar se a verdade, ainda que não seja dita com todas as letras, seria que essa espécie de pobreza privilegiada, que ainda consegue proteger de alguma forma os seus, não deveria ser tomada em um estudo à parte, uma vez que a outra, completamente desprotegida diante de uma estrutura social perversa, não pode deixar de ser percebida como fator fragilizante, a pesar imensamente toda vez que um de seus jovens precisa tomar uma decisão sobre sua vida.

Pois a importância da proteção que lhes falta, e que é oferecida pelas famílias e pelas boas escolas às classes privilegiadas e a essa elite da pobreza, fica evidente, segundo a socióloga Maria Lúcia R. Maia, no grande número de rapazes que começam a trabalhar bem tarde e se mantêm em perfeita harmonia com a sociedade graças ao apoio moral e material da família.

Em síntese, a série de reportagens acaba nos levando a inferir que não seria apenas Fernandinho Beira-Mar a encarnar uma exceção em relação a seus colegas, ao virar bandido. A exceção mais curiosa constatada pelas reportagens nos parece

Sheila Maria Madastavicius*

ser exatamente a existência de uma elite a se destacar em relação a uma pobreza completamente desamparada e sem qualquer condição de, por sua vez, amparar qualquer um dos seus, que ficam expostos a muitos riscos.

Importante frisar também que os criminosos vindos da riqueza e que desfrutam de muito mais oportunidades do que o criminoso Fernandinho Beira-Mar talvez devessem ser tomados como exceções tão desprezíveis quanto o bandido em questão. E não se diga em seu favor que bandidos do colarinho branco não matam, pois, apesar de, na maioria das vezes, não sujarem as próprias mãos de sangue, eles acabam se envolvendo em assassinatos de vários tipos, acabando biológica ou moralmente com várias vidas.

Dias depois do destaque dado às matérias aqui tratadas, no dia 14 de junho último, deparamos, no mesmo jornal, com um editorial a enfatizar a necessidade de reformulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que está para completar duas décadas. Seria pura coincidência?

São duas as preocupações, ou melhor, pleitos desse veículo: a eliminação do dispositivo segundo o qual o prontuário do menor infrator é zerado quando completa 18 anos e a redução do limite da inimputabilidade de 18 para 16 anos.

Justifica suas reivindicações, o jornal, inacreditavelmente, com o fato de que aproveitando-se “das imunidades conferidas pela lei aos menores, os chefões do tráfico passaram a recrutar meninos, e a armá-los, já na faixa dos 10, 11 anos”. Ou seja, mais um castigo para a criança e o jovem realmente pobres, que já não contam com a boa escola nem com a presença da família e se veem violentados pela imposição dos criminosos, que sabem como obrigá-los ou convencê-los à sua associação.

Vemos assim que, consciente ou inconscientemente, pode estar por trás de

toda essa campanha em torno da reabilitação da pobreza o desejo de acabar com aquele sentimento de responsabilidade que a sociedade tende a alimentar diante dos criminosos vindos das classes menos favorecidas, inculcando-nos a ideia de que, se não é da pobreza que vêm os bandidos pobres, então que sejam eles entregues ao diabo... Quando a verdade é que as leis deveriam ser mais duras em relação aos criminosos do andar de cima. É lá que os privilégios pululam e a impunidade grassa. É de lá que, em cascata, certas ações acabam por produzir mais pobreza, desamparo, criminosos e violência.

Registre-se:

1) Não espanta o fato de o bandido de que falávamos ter sido um bom aluno, uma vez que nossos criminosos do colarinho branco não só devem ter sido bons alunos no primeiro grau, como também provavelmente o foram na pós-graduação.

2) Descriminalizar a pobreza não é admitir que existam pobres bonzinhos e pobres mauzinhos, bem como ricos mauzinhos e ricos bonzinhos. A criminalização da pobreza fica evidente, principalmente, não na ideia de que dela provêm os criminosos – isso é preconceito –, mas no fato de que pesa sobre criminosos pobres uma lei que não pesa da mesma forma sobre os bandidos mais favorecidos socialmente.

3) Seletividade punitiva é a regra segundo a qual se escolhem aqueles que serão punidos por determinados crimes. E, enquanto em nossas cadeias prevalecerem negros pobres, continuaremos vivendo na prática sob a criminalização da pobreza.

Tendo a acreditar que um dia haveremos de viver, de fato, em um Estado de Direito, em que pare a mesma Justiça sobre todos, sem exceção, e em todas as situações, das mais cotidianas e banais às mais sérias. Para chegarmos lá, é a inversão de valores, sustentada no dinheiro e no poder, que precisa ser revista – e não o ECA.

*Especialista em Teoria Literária pela UFRJ. Mantém o blog Cinemeletras (<http://cinemeletras.blogspot.com>).

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, através de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) ou de 57 a 64 linhas de 70 toques e indicar o nome completo do autor;

telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

Disparo certo

Estudo premiado nos Estados Unidos inova com técnica capaz de racionalizar o uso de alarmes industriais

Ana Maria Vieira

Um cão que a todo momento ladra não é o melhor guardião de uma propriedade. Essa é a regra também para os alarmes automáticos. Disparados sem necessidade, reduzem sua confiabilidade e distraem a atenção de operadores responsáveis por verificar anormalidades. Ainda que pareça uma conclusão óbvia, a tecnologia para esses sistemas sofre, em todo o mundo, com acionamentos desnecessários e em grande frequência. Não é um problema trivial. Especialmente a área industrial, a falta de solução mais eficiente cria vulnerabilidade financeira e riscos ambientais e sanitários para empresas e comunidades.

“Sistemas de alarmes mal projetados ou com funcionamento inadequado já causaram grandes acidentes em plantas industriais ao redor do mundo, com prejuízos econômicos e perdas de vidas”, diz o engenheiro de computação Leandro Pflieger de Aguiar. Em fevereiro, ele defendeu dissertação sobre o tema junto ao programa de pós-graduação em Ciência da Computação (DCC) da UFMG.

Ele propõe nova técnica para identificar alarmes redundantes em modelagem que permite eliminar disparos desnecessários de sistemas instalados em quaisquer tipos de processos industriais. A tecnologia mais avançada para essa detecção, até então disponível, se destinava apenas a processos químicos e petroquímicos e apresentava várias deficiências.

“Tive a oportunidade de conviver com problemas reais do dia a dia da indústria e da automação, e percebi que as ferramentas para a descoberta dos alarmes redundantes são muito elementares, tornando o trabalho dos engenheiros complicado, pouco eficiente e custoso em termos de esforço e tempo”, explica Aguiar.

A observação ganha cores quando dissecada pelo pesquisador. Conforme registra em seu estudo, a norma internacional para gerenciamento de alarmes (EEMUA 191) estabelece que o número de disparos por dia que um indivíduo é capaz de processar não deve ultrapassar 144 alertas, em áreas como as de energia, petroquímica e óleo e gás. Na prática, esses números são maiores, dificultando a tarefa dos operadores de identificar e reagir a eventos relevantes.

No setor de energia, por exemplo, ocorrem, em média, 2 mil alarmes ao dia. Na petroquímica, 1,5 mil. E em indústrias de exploração de óleo e gás a média é de 1,2 mil acionamentos diários.

Prêmio

“Uma das maiores dificuldades neste processo é identificar, dentre arquivos e bases de dados contendo dezenas de milhares de registros diários, padrões que possam indicar alarmes desnecessários”, explica o pesquisador. A complexidade do problema amplia-se quando se constata que os padrões a serem extraídos também estão intimamente associados ao tipo de ocorrências temporais que dependem de fatores presentes em processos industriais, como pressão e temperatura.

Para suprimir os alarmes repetidos indevidamente e sem relevância, Aguiar desenvolveu algoritmo capaz de detectar seus padrões de ocorrência, a partir de um banco de 250 mil registros, extraídos de base de dados de uma empresa mineradora. Aplicou então, de modo inovador, três técnicas combinadas: análise de correlação cruzada, mineração de sequências e mineração de regras de associação mínimas não redundantes. A mineração permite extrair, em grandes bases de dados, informações importantes em diversos contextos, esclarece Aguiar.

Pelo método proposto, a primeira etapa transforma os arquivos de logs dos sistemas de alarmes em listas de transações. Na segunda, a técnica identifica os padrões relacionados, informando um índice para a força desta relação. O pesquisador incluiu ainda visualização do processo, por meio de modelagem de redes complexas, propiciando avanços na interpretação dos resultados.

A qualidade do trabalho foi reconhecida internacionalmente, com o prêmio Best Paper, na 19th International Conference on Software Engineering and Data Engineering, realizada nos Estados Unidos, em junho. O artigo apresen-

tado por Aguiar concorreu com outros 31 oriundos da Inglaterra, Alemanha, França, Índia e também dos EUA.

Denominado *Mining redundant industrial alarm occurrences with association rules extraction and complex networks modeling*, o estudo, baseado na dissertação, teve coautoria dos professores do DCC Wagner Meira Jr. e Virgílio de Almeida – orientador de Aguiar no mestrado.

Aciona primeiro, pergunta depois

Os alarmes mais conhecidos do consumidor comum são os de proteção patrimonial, mas as aplicações críticas encontram-se nas indústrias. É por meio deles que essas empresas gerenciam, por exemplo, interrupções no fornecimento de energia e vazamentos de substâncias tóxicas ou inflamáveis. Quando mal configurados, emitem registros duplicados ou em cascata.

Com o advento dos modelos digitais, a tarefa de incluir alarmes nos sistemas foi facilitada. “Antigamente, para criar um novo alarme, era necessário instalar botoeiras e luzes em um painel elétrico. Com os sistemas informatizados, bastam mais linhas de código. Por isso, os engenheiros que programam os sistemas acabam instalando alarmes em excesso”, explica Leandro de Aguiar.

Ele lembra, ainda, que muitos eventos que normalmente não exigiriam intervenção, como a abertura e o fechamento de uma válvula ou a interrupção de sensores, são interpretados pelos engenheiros como situações de alarmes, pressupondo equivocadamente a necessidade da ação do operador. “Mas o melhor caminho é a elaboração e implantação de um projeto de gerenciamento de alarmes capaz de assegurar a racionalização de seu uso”, recomenda.



Leandro de Aguiar (à esquerda) com o certificado do prêmio recebido nos Estados Unidos

Plano propõe ocupação ‘multicêntrica’ da RMBH

Elaborada pela UFMG, proposta de reorganização do território baseia-se no princípio da ‘mobilidade em rede’

Itamar Rigueira Jr.

Organização do território com base na ideia de rede de centralidades urbanas e definição de investimentos produtivos que respeita a necessidade de promover a qualidade de vida são algumas das noções principais das primeiras propostas relativas ao plano para a região metropolitana que vem sendo elaborado por equipe da UFMG, com participação da PUC e da Uemg. Essas propostas foram apresentadas na última semana durante o segundo Seminário de Estruturação do Plano Metropolitano de Belo Horizonte, que representou o encerramento da primeira etapa dos trabalhos.

Cerca de 140 professores e estudantes partiram de leituras críticas e análise de potencialidades, reunindo ideias surgidas em oficinas e trabalhos de campo, e incorporando outras produzidas por órgãos públicos e instituições. “Há muitos estudos que precisavam ser canalizados”, ressalta a professora do IGC Heloisa Moura Costa, que integra a coordenação territorial do Plano.

Segundo ela, o trabalho procura incentivar políticas públicas e investimentos que não reforcem a segregação socioespacial mas, ao contrário, gerem inclusão, envolvendo melhores condições de habitação e acesso a transportes e educação que reduza deslocamentos. “O Plano pretende estimular a criação e a valorização de subcentros, lugares de concentração de moradores, comércio e serviços. Ou seja, levar as vantagens do centro para perto das pessoas”, explica Heloisa Costa.

Essa ideia de “mobilidade em rede”, argumenta Heloisa, elimina a necessidade de que a comunicação entre as diversas áreas dos municípios da região metropolitana passe pelo centro da capital. A intenção é estimular a ocupação de locais com boas condições de mobilidade e acessibilidade.

O plano não ignora a importância das zonas rurais. “O objetivo é também potencializar áreas de produção agrícola, garantir manutenção da permeabilidade do solo e valorizar o turismo e o artesanato de base local, sempre visando à sustentabilidade econômica e ambiental”, salienta Heloisa Moura Costa.

Eixos

As primeiras propostas relacionadas ao Plano Metropolitano seguem estrutura dividida em quatro eixos: acessibilidade, urbanidade, sustentabilidade e seguridade. Esta última envolve várias vertentes da segurança: nas ruas, no trabalho, nos transportes. A equipe que trabalha no plano também apresentou, no seminário da última semana, proposta de estrutura institucional que oferece suporte às políticas, programas e projetos.

“Estamos fechando uma etapa que marca, na verdade, o início do processo, já que tudo será detalhado nos próximos meses”, explica a coordenadora, informando que o trabalho será concluído no final do ano. “Mas esperamos que esse processo instaure inter-

locação permanente da universidade com as cidades, que podem continuar lançando mão da capacidade das instituições também na área da formação de quadros.”

Para Heloisa Moura Costa, a parceria em torno de um trabalho como esse é atraente também porque aponta para a possibilidade de recuperar a noção de planejamento como processo continuado de colaboração. Do ponto de vista acadêmico, projeto desse porte pauta pesquisas em diversas áreas – apenas a UFMG tem dez departamentos envolvidos – e a atuação na extensão. A propósito, a Universidade já conta com recursos para atividades de extensão que contribuirão para o processo de implantação do Plano, nas áreas de geoprocessamento, políticas públicas urbanas e ambientais e tributação e planejamento financeiro.

Mobilização

Coordenador do Plano Metropolitano, o professor da Face Roberto Monte-Mór destaca como “boa surpresa” a grande mobilização de todos os setores – municípios, estado e sociedade. Ele acredita também que o projeto, embora pareça tardio considerando o atual estágio de ocupação urbana, chega no momento certo, quando governo e sociedade mostram-se prontos para viabilizá-lo.

Monte-Mór manifesta a preocupação de não deixar que o grupo se dissolva no final do ano. “Conseguimos reunir dezenas de professores de três universidades para tratar de temas interdisciplinares e integrados”, ele comemora. “É importante dar continuidade a esse processo. Nossa proposta é que a UFMG se integre permanentemente ao sistema de planejamento metropolitano. E pretendemos estimular a formação de grupos de pesquisa a partir de áreas transdisciplinares trabalhadas durante a elaboração do plano.”

O Plano Metropolitano de Belo Horizonte foi contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais, e conta com recursos de R\$ 3 milhões, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM), constituído por aportes do governo do estado e dos municípios da RMBH. Coordenado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), o trabalho envolve professores e pesquisadores de outras unidades como o Instituto de Geociências (IGC) e a Escola de Arquitetura. As diretrizes a serem traçadas vão beneficiar região que abrange 34 municípios, em perspectiva que se estende até 2023.



Mapa da Região Metropolitana de BH: plano valoriza subcentros

Caminhos da sétima arte

Os rumos e as possibilidades do cinema formam o eixo temático do 42º Festival de Inverno da UFMG, em uma perspectiva transdisciplinar

Vicente Cardoso Jr.

Em um cotidiano em que as imagens diversas saturam o olhar, o cinema faz de sons, palavras, gestos e formas sua matéria-prima. Para refletir sobre a expressão artística audiovisual, o 42º Festival de Inverno da UFMG, a ser realizado de 20 a 29 de julho, em Diamantina, apresenta como tema *Projeções – capturas e processos*, a partir do qual serão discutidas possibilidades e caminhos para a produção cinematográfica contemporânea.

O Festival de Inverno da UFMG tem a proposta de refletir sobre a arte contemporânea a partir de olhar transdisciplinar. Segundo Fabrício Fernandino, curador do Festival, o cinema é uma forma de expressão em que essa abordagem aparece com bastante clareza. “Temos a música, na trilha sonora; a literatura, no roteiro; as artes cênicas, na atuação; as artes plásticas, na fotografia. As diferentes manifestações artísticas, a partir de sua especificidade, são acionadas na produção audiovisual”, explica.

Oficinas, palestras, apresentações, seminários e projetos especiais com a comunidade compõem a programação, construída a partir da proposta de aprofundar o debate sobre a arte contemporânea. “O Festival busca uma reflexão com densidade acadêmica, capaz de pensar a arte sem disciplinas formais. Tentamos promover um novo paradigma, um olhar intermediário e de convergência entre as artes”, afirma Fabrício.

Oficinas das cinco áreas do Festival (artes plásticas, audiovisual, literatura, música e teatro) trabalharão em conjunto na produção de um filme. Com exibição marcada para o último dia da programação, a obra será inteiramente realizada durante os nove dias de Festival.

A única definição prévia é a temática: os quatro elementos básicos da natureza no pensamento de Platão – terra, água, fogo e ar – e sua relação com a natureza e a cultura de Diamantina. “Temos como ponto de partida essa ambiência e os quatro elementos, mas toda a produção será um exercício de experimentação, um laboratório de cinema rápido”, afirma o cineasta Fábio Carvalho, que dirigirá a obra.

Segundo ele, a dinâmica de trabalho permitirá que todas as equipes participem das diferentes etapas. “Propomos uma produção nada burocrática. O roteiro não precisa ser algo de ferro, que vá engessar as etapas seguintes”, defende. Para o diretor, o filme deve ser encarado como um organismo vivo, que passa por evolução própria. “Nada sai totalmente como o planejado, então devemos aceitar surpresas que a obra nos coloca”, afirma.

Retorno para os anfitriões

Para deixar frutos na cidade que recebe o Festival, a organização elabora projetos especiais em parceria com a Secretaria de Cultura de Diamantina. Este ano, as atividades serão desenvolvidas especialmente na área de música, com conteúdo definido a partir de reuniões com os artistas da cidade. “Sentimos necessidade de profissionalização dos músicos, que podem ser talentosos, mas muitas vezes têm dificuldades para se posicionar no palco ou identificar e criar oportunidades de mercado”, afirma o professor da Escola de Música Mauro Rodrigues, coordenador da área no Festival.

Para atender às demandas identificadas, foram propostas oficinas de orquestra para regente e instrumentista, produção de fonograma em estúdio, atitudes e postura no palco, promoção e valorização da seresta e empreendedorismo cultural. O último tema também será trabalhado em seminário, no qual músicos e gestores culturais falarão sobre organização da classe profissional e oportunidades de mercado.

Outro projeto especial em parceria com a Prefeitura é a oficina de iniciação em circo para o público infantil, que

já fez parte da programação de festivais anteriores. Desenvolvida em duas turmas, conforme a faixa etária, a atividade tem como objetivo estimular novas possibilidades de expressão e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento cultural, afetivo e social da criança.

Arte política

Para aprofundar as discussões sobre a arte contemporânea, foram convidadas cinco personalidades do cenário artístico brasileiro. No dia 24 de julho, o professor da USP Agnaldo Farias, cocurador da Bienal de São Paulo, falará sobre o processo curatorial da mostra e apresentará, em projeção, algumas obras selecionadas. “Escolhemos a arte política como tema, portanto queremos realizar, mais que uma exposição, um espaço de encontro, de troca de diferenças entre as pessoas”, comenta Agnaldo.

No dia 26, o Festival promoverá o encontro entre o documentarista Eduardo Coutinho e o ator Paulo José, no qual falarão sobre cinema, teatro e televisão. O cineasta acredita que, a partir da trajetória de cada um deles, o debate sobre a atuação pode ser frutífero. “A conversa filmada, com que eu trabalho, é sempre teatral. A longa experiência do Paulo como ator e diretor gera um cenário de discussão interessante para nós”, avalia Coutinho.

A programação de eventos especiais será completada com performance poética do artista Arnaldo Antunes, no dia 25, e com apresentação do músico Naná Vasconcelos, no dia 28.

Projeto especial pretende trabalhar aspectos da profissionalização dos músicos de Diamantina



Foca Lisboa

Bom, ruim e legal



Apesar de universalizado, ensino médio ainda não está adaptado para receber jovens de classes populares, conclui dissertação de mestrado

Fernanda Cristo

Até a década de 1990, cursar o ensino médio era praticamente um privilégio das classes média e alta no Brasil. Apenas a partir daquele período, quando se iniciou um processo de expansão de matrículas, as salas de aula do ensino médio começaram a ser ocupadas também por alunos das classes mais baixas. Quase 20 anos depois, no entanto, as escolas ainda não se adaptaram ao perfil desses novos estudantes.

Essa é uma das conclusões da dissertação de mestrado de Fernanda Cristina Soares Silvino, defendida na Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Durante seis meses, ela acompanhou de perto a rotina de uma turma do segundo ano noturno de uma escola pública de Belo Horizonte, a fim de tentar entender a relação entre alunos e professores.

Fernanda Silvino conta que, apesar de o turno da noite ser historicamente voltado para alunos adultos, desde o começo sua intenção era buscar uma turma de jovens, com idades entre 15 e 25 anos. “A faixa etária definida como ideal para o ensino médio é de 14 a 17 anos. Então se você pensar em alunos dessa idade, teoricamente eles deveriam estar no diurno”, comenta.

A ideia surgiu quando ela participou do programa Observatório da Juventude, da FaE, e teve que mediar uma relação tensa entre alunos e professores em uma escola do Alto Vera Cruz. “Era uma turma de ensino fundamental, mas ali o noturno estava ficando cada vez mais jovem, e os professores, por sua vez, acostumados a dar aulas para adultos”, lembra.

Para realizar a pesquisa, Fernanda, no entanto, não queria partir de uma situação de conflito, por isso selecionou uma das escolas públicas de Belo Horizonte com melhor nota no Enem. De junho a novembro de 2008, ela assistiu às aulas todos os dias e realizou entrevistas com 25 alunos, além de questionários socioeconômicos e socioculturais com os estudantes. O objetivo da pesquisadora era identificar as classificações dos professores realizadas pelos alunos. “Querida saber quem era o professor ‘bom’, o ‘ruim’, o ‘legal’”, explica. Mas Fernanda descobriu que a tarefa não seria tão simples. “Hoje, o professor é bom, amanhã ele não é. O aluno tem muita dificuldade de falar: esse é bom e esse é ruim”, justifica.

Além da opinião dos alunos, a pesquisadora analisou variáveis como número de alunos em sala durante cada aula, participação dos estudantes e conversas paralelas. Ao fim, Fernanda conseguiu dividir os docentes em três classificações: “bons”, “ruins” e “legais”. “Os legais eram aqueles que não reprovavam no final do ano”, resume. Segundo a pesquisadora, essa conceituação é fruto de uma visão instrumental que os estudantes têm da escola, ou seja, eles não se interessam tanto pelo conhecimento em si, mas pelo diploma, que representa uma perspectiva de futuro melhor.

Enquanto isso, os professores “ruins” eram rígidos e assumiam posição de enfrentamento com a turma. Já os “bons”, na visão dos alunos, eram aqueles que inovavam: levavam recursos diferentes para a sala de aula e propunham trabalhos diversificados. Entretanto, pondera Fernanda, ser um bom professor não significa ter sucesso na sala de aula. “Os alunos reconheciam o esforço desses professores, mas não retribuía com o próprio esforço”, diz.

Eles querem ser vistos

No início da pesquisa, a professora de matemática era uma das menos estimadas pelos estudantes. Tida como ‘brava’, era ríspida com os alunos. “Mas houve um bimestre em que ninguém ficou com média e ela resolveu dar uma segunda chance”, conta. A atitude fez com que os alunos passassem a gostar da docente, mesmo que ela não tenha mudado seu jeito de ser. “Eles começaram a falar: olha, ela é brava, chata, mas se importa com a gente; ela nos ajudou”, recorda.

Para Fernanda, isso mostra que o principal anseio do estudante é ser visto. “Ele quer que o professor saiba seu nome. Isso foi muito forte e pesou nas classificações”, avalia. Essa constatação, na opinião da pesquisadora, revela que o ensino médio ainda não se ajustou às demandas desse novo público.

O problema se agrava no período noturno. “Estamos assistindo a uma invasão dos alunos jovens no noturno e eles chegam a uma escola que não está preparada para recebê-los”, afirma. Um fator percebido por Fernanda foi que, apesar de a maioria dos estudantes da turma serem trabalhadores, eles precisavam daquele dinheiro não para sustentar a casa, mas para manter sua condição juvenil: comprar roupas, ir ao cinema e frequentar festas, por exemplo.

“O ensino médio foi estruturado para estudantes de classe alta, diferentes de alunos que moram na periferia e trabalham”, pontua, lembrando que estes último, em geral, não têm acesso a professores particulares, a cursos extracurriculares ou a recursos como banda larga e livros.

“A escola não quer saber da vida do aluno fora de seus muros; ela espera que esse novo público corresponda ao aluno de antigamente, aquele dedicado apenas ao estudo”, conclui.

Dissertação: *Juventude e escola: reflexões dos jovens em torno da relação professor/aluno*

Autora: Fernanda Cristina Soares Silvino

Orientador: Juarez Tarcísio Dayrell

Defesa: agosto de 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (FaE)

Treinamento Esportivo

A segunda etapa das obras do Centro de Treinamento Esportivo (CTE) da UFMG já tem recursos garantidos. Foi assinado, no último dia 29, termo de convênio de cooperação financeira entre a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude e a Fundep para liberação de R\$ 31,83 milhões que serão usados para implantação de parque aquático, salas de aula, musculação, reabilitação e fisioterapia, além de vestiários. O reitor Clélio Campolina e o governador Antonio Anastasia participaram da cerimônia.

A obra do CTE está estimada em R\$ 55,8 milhões. Desse total, R\$ 6,27 milhões já foram destinados à construção de nova pista de atletismo, que deve ser concluída em setembro. Já na terceira etapa, ainda sem data definida de início, a previsão é de investimento de R\$ 17,7 milhões na construção de ginásio poliesportivo. O projeto do CTE foi elaborado pela Escola de Arquitetura.

O Centro Esportivo ocupará área de 13,8 mil metros quadrados na porção mais baixa do Centro Esportivo Universitário (CEU). O projeto prevê pista de atletismo, parque aquático, pavilhão para ginástica e quadras poliesportivas, além de laboratórios de pesquisa aplicados ao esporte. O espaço será gerenciado pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) e Secretaria de Esportes e Juventude de Minas. A estimativa é de que as obras sejam concluídas até 2011.

Neurociências

Estão abertas, até 26 de julho, as inscrições de trabalhos para o 4º Simpósio de Neurociências da UFMG, a ser realizado de 2 a 4 de setembro, no campus Pampulha, como evento satélite do 34º Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Neurociências (SBNeC), que acontece nos dias 8 a 11 do mesmo mês, em Caxambu (MG).

Com o tema *Neurociências: desafios sem fronteiras*, o simpósio terá palestras, mesas-redondas e sessão de pôsteres. As inscrições podem ser feitas até 1º de setembro. Já a inscrição para participar dos cursos termina em 20 de agosto. Mais informações na página do evento: <http://4simposioneuro-ufmg.webnode.com.br/>.

Parque Tecnológico

O Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec) lançou, no último dia 28, edital para enquadramento de projetos destinados à ocupação de seu edifício institucional. Participaram da cerimônia o reitor Clélio Campolina Diniz, o diretor do Centro de Pesquisas René Rachou, Rodrigo Corrêa, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, o secretário adjunto de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Evaldo Vilela, e o presidente do BH-Tec, Francisco César Sá Barreto.

A expectativa é de que a seleção das empresas seja concluída antes do término das obras do prédio institucional, previsto para o fim deste ano. Durante a cerimônia, também foi assinado acordo de cooperação entre o Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), da Fundação Oswaldo Cruz, e o BH-Tec, para instalação da sua nova sede no local. A construção do Parque Tecnológico recebeu, até o momento, investimentos de R\$ 17 milhões.

Saramago na Biblioteca Central

Até esta sexta-feira, dia 9, os usuários da Biblioteca Central poderão visitar a exposição de livros do escritor português José Saramago, morto no dia 18 de junho. A mostra, instalada no Espaço de Leitura da Biblioteca, expõe, entre outros, o livro *Terra do pecado*, o primeiro publicado pelo escritor, em 1947.

Prêmio Nobel de literatura em 1998, Saramago foi uma das 14 personalidades a receber o título de Doutor Honoris Causa da UFMG.

Trânsito no campus

A Administração Central recebe, até 31 de julho, sugestões da comunidade universitária para melhorar o trânsito no campus Pampulha. A intenção é incorporar essas ideias a um conjunto de propostas apresentado pela UFMG e que consta de documento disponível em seu Portal (www.ufmg.br) para consulta à comunidade universitária. O texto defende a necessidade de estabelecer normas para otimizar o uso das vagas de estacionamento, coibir abusos e incentivar a utilização de transporte coletivo nos deslocamentos para o campus Pampulha.

A proposta foi elaborada pelas pró-reitorias de Administração e de Planejamento, com base em estudos desenvolvidos pelos departamentos de Planejamento Físico e Projetos (DFFP) e de Transportes e Geotecnia da Escola de Engenharia. Eles avaliam que há escassez de vagas de estacionamento, tanto as controladas quanto as não controladas, e abusos no uso de áreas não previstas para tal finalidade. O levantamento também aponta deficiências no sistema de transporte coletivo, que envolvem as linhas internas e aquelas que fazem a ligação do campus com a cidade.

O encaminhamento de sugestões deve ser feito para o e-mail info@proplan.ufmg.br.

Erramos

Loucura e sociedade

O livro *Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais*, da professora Izabel Friche Passos, do Departamento de Psicologia da Fafich, foi lançado pela Editora Argumentvm e não pela Autêntica Editora, como saiu publicado na matéria *Loucos por uma vida normal* (edição 1.699, de 14 de junho).



Amizade e poesia em tempos de guerra

Livro organizado por Eneida Maria de Souza reúne cartas trocadas por Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade

Itamar Rigueira Jr.

“**S**eu devotamento às causas da inteligência e da sensibilidade é um dos mais impressionantes e mais belos exemplos que me tem sido dado apreciar”, afirmou a poeta e escritora mineira Henriqueta Lisboa, em 1939, na segunda de diversas cartas enviadas ao modernista Mário de Andrade. Estava começando uma correspondência que só seria interrompida com a morte do escritor, em 1945.

Marcado pelo desencanto de Mário com a ditadura de Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial, o material chega às livrarias na forma do volume *Correspondência – Mário de Andrade e Henriqueta Lisboa*, organizado pela professora emérita da UFMG Eneida Maria de Souza. Segundo ela, Henriqueta foi uma das pessoas com quem Mário de Andrade mais se abriu em confidências e conselhos poéticos. “A correspondência entre os dois é um dos documentos importantes para se analisar os últimos anos de vida do escritor, que faz um balanço do Modernismo e de sua vida”, revela a professora aposentada da Faculdade de Letras.

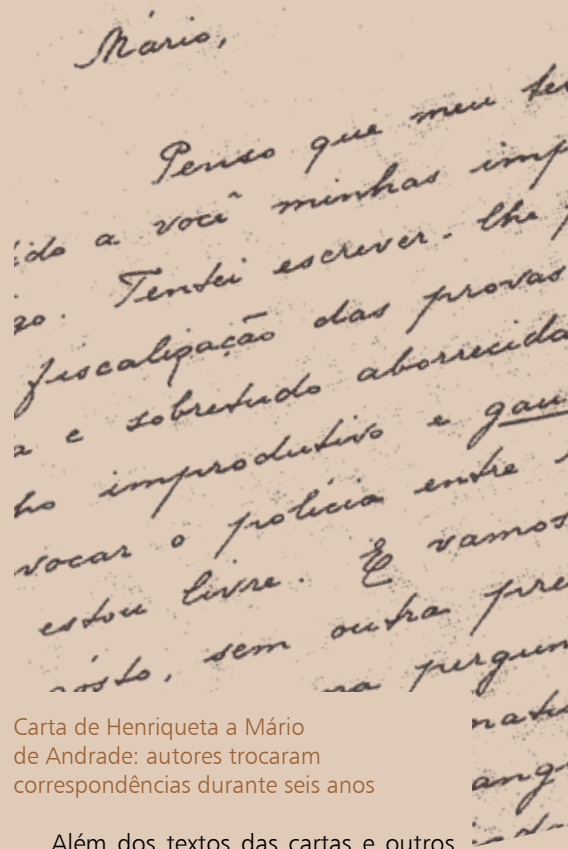
Os escritores se encontraram poucas vezes em Belo Horizonte, no Rio e em São Paulo, esta última dias antes da morte de Mário. Quanto às cartas, Henriqueta vai se abrindo aos poucos por meio de poemas enviados ao escritor; Mário, por sua vez, devolve análises rigorosas dessa poesia. Além disso, escreve Wander Melo Miranda na apresentação do livro, apesar de personalidades e projetos literários tão distintos, “eles se abrem a confidências e reflexões marcadamente pessoais, num nível de franqueza e complexidade raras vezes alcançado até mesmo para quem, como Mário, se dedicou sem sossego ao que chamou de ‘epistolomania’”.

Integrante dos quadros do governo Vargas – trabalhava no Serviço do Patrimônio Nacional –, Mário de Andrade vivia a contradição de se alinhar aos críticos das perseguições políticas e da censura. As cartas a Henriqueta, destaca Eneida Souza, contêm uma espécie de exame de consciência dessa situação e da própria posição dos modernistas diante da sociedade. “O tom de melancolia e de ajuste de contas consigo próprio revela a sensibilidade e a responsabilidade intelectual do escritor” comenta.

Encontro de arquivos

O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP guarda 63 documentos, entre cartas, telegramas, postais e bilhetes de Henriqueta para Mário. Por sua vez, o Acervo de Escritores Mineiros da UFMG tem arquivados 42 cartas, três bilhetes e dois telegramas do modernista para a escritora mineira. As cartas de Mário de Andrade já haviam sido publicadas, mas precisavam ser cotejadas com as de Henriqueta, até então inéditas. O livro que acaba de ser lançado é o terceiro volume da Coleção *Correspondência* de Mário de Andrade, iniciativa do IEB e da Editora da USP, que também publicaram cartas trocadas com Tarsila do Amaral e Manuel Bandeira.

De acordo com a professora emérita da UFMG, somente a partir da década de 1980, o estudo e a publicação de correspondências entre escritores ganharam relevância para efeito de conhecimento de suas obras. “A crítica literária era centralizada na própria obra, deixando de lado dados biográficos que pudessem revelar algo da personalidade do escritor. Manuscritos, entrevistas e cartas são fundamentais para a pesquisa”, afirma Eneida Maria de Souza.



Carta de Henriqueta a Mário de Andrade: autores trocaram correspondências durante seis anos

Além dos textos das cartas e outros que se relacionam com a história dessa correspondência, o livro tem reproduções de fotos, quadros que retratam Mário de Andrade e cartões-postais. Entre tantas manifestações de Mário, na última carta, de 20 de janeiro de 1945, ele opina sobre mais um poema da amiga, dizendo que “é lindo, dos mais belos desta fase em que você está, uma perfeição”. E, referindo-se ao trecho “A morte pertencia à vida/Parte integrante do cotidiano” (mais especificamente a este segundo verso), ele recomenda: “Você tem de arranjar um jeito de dizer isso mais... mais qualquer coisa que não seja tão pensadamente prosaico”.

Livro: *Correspondência – Mário de Andrade e Henriqueta Lisboa*
Organizado por Eneida Maria de Souza
Edusp e Editora Peirópolis
397 páginas / R\$ 65

EXPEDIENTE

Reitor: Clélio Campolina Diniz – Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton – Diretora de Divulgação e Comunicação Social: Nereide Lacerda Beirão – Editor: Flávio de Almeida (Reg. Prof. 5.076/MG) – Projeto e editoração gráfica: Rita da Glória Corrêa – Impressão: Imprensa Universitária – Tiragem: 8 mil exemplares – Circulação semanal – Endereço: Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Telefones: (31) 3409-4184 e 3409-4463 – Fax: (31) 3409-4188 – Internet: <http://www.ufmg.br> e boletim@cedecom.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.



Boletim

IMPRESSO